



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

**MESTRADO**

**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

DISSERTAÇÃO

**PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO:  
A Cooperação Internacional para mitigar e prevenir os impactos das  
Mudanças Climáticas**

**LUIZA SCHERER DE OLIVEIRA**

**OUTUBRO - 2023**



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

**MESTRADO EM**  
**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

DISSERTAÇÃO

**PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO:**  
A Cooperação Internacional para mitigar e prevenir os impactos das  
Mudanças Climáticas

**LUIZA SCHERER DE OLIVEIRA**

**ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSOR DOUTOR MANUEL ENNES FERREIRA**

**OUTUBRO - 2023**

*A todos os habitantes dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*

## ABREVIATURAS

AOSIS - Alliance of Small Island States (Aliança dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento)

BPOA - Barbados Programme of Action (Plano de Ação de Barbados)

CARICOM - Caribbean Community (Comunidade do Caribe)

COP - Conference of the Parties (Conferência das Partes)

COVID-19 - Doença por coronavírus 2019: Uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.

G77+China - Grupo dos 77 mais a China

GCF - Green Climate Fund (Fundo Verde para o Clima)

GEI - Greenhouse Gas Emissions (Emissões de Gases de Efeito Estufa)

IPCC - Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change)

LDCs - Países Menos Desenvolvidos (Least Developed Countries)

MDL - Clean Development Mechanism (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo)

NASA - National Aeronautics and Space Administration (Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos)

OECD - Organization for Economic Co-operation and Development (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

SIDS - Small Island Developing States (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento)

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima)

UN-OHRLLS - Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States (Escritório do Alto Representante dos Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento das Nações Unidas)

UNWTO - United Nations World Tourism Organisation (Organização Mundial do Turismo)

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Variação de massa de gelo (derretimento) da Antártica desde 2002

GRÁFICO 2 - Aumento do nível do mar desde 1993

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Estados/Regiões que formam o grupo SIDS

## RESUMO

Este estudo analisa os principais avanços dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) no âmbito da cooperação internacional para a mitigação e prevenção do impacto das mudanças climáticas. Por meio de uma revisão bibliográfica e análise documental, são abordadas as características dos SIDS, o impacto das mudanças climáticas nessas regiões e as medidas adotadas para enfrentar esse desafio global. A Teoria da Interdependência Complexa é utilizada como referencial teórico para compreender a necessidade de uma abordagem cooperativa na resposta às mudanças climáticas. O estudo destaca a importância da participação ativa dos SIDS nas negociações internacionais, a cooperação regional, a mobilização de recursos financeiros adequados e a inclusão da perspectiva de gênero e das comunidades marginalizadas. Recomenda-se um esforço contínuo para fortalecer a eficácia das medidas de mitigação e adaptação dos SIDS, a fim de enfrentar de forma mais eficaz os desafios climáticos e promover um desenvolvimento sustentável e justo nas ilhas.

**Palavras-chave:** Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, mudanças climáticas, cooperação internacional, mitigação, adaptação, interdependência complexa.

## ABSTRACT

This study examines the main advancements of Small Island Developing States (SIDS) in the realm of international cooperation for the mitigation and prevention of the impacts of climate change. Through a literature review and documentary analysis, it addresses the characteristics of SIDS, the impact of climate change on these regions, and the measures undertaken to tackle this global challenge. The theory of Complex Interdependence is used as a theoretical framework to understand the need for a cooperative approach in responding to climate change. The study highlights the importance of active participation of SIDS in international negotiations, regional cooperation, mobilization of adequate financial resources, and the inclusion of gender perspective and marginalized communities. It recommends a continuous effort to strengthen the effectiveness of mitigation and adaptation measures by SIDS to more effectively address climate challenges and promote sustainable and equitable development in the islands.

**Keywords:** Small Island Developing States, climate change, international cooperation, mitigation, adaptation, complex interdependence.

## ÍNDICE

<b>ABREVIATURAS.....</b>	<b>3</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>5</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>6</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>7</b>
<b>ÍNDICE.....</b>	<b>8</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>9</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. OS SIDS E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A BUSCA POR MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
2.1. Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.....	12
2.1.1. Principais características dos SIDS.....	14
2.2. O Fenômeno das Mudanças Climáticas.....	15
2.3. O Impacto das Mudanças Climáticas nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.....	19
2.4. O Combate às Mudanças Climáticas nos SIDS: a eficácia das medidas de mitigação e adaptação e suas melhores práticas.....	21
2.4.1. As principais medidas de mitigação e adaptação dos SIDS.....	21
2.4.2. A eficácia das medidas de mitigação e adaptação.....	24
2.4.3. As melhores práticas e fatores de sucesso.....	26
<b>3. A TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA E OS SIDS.....</b>	<b>26</b>
3.1. O Contexto: os grandes debates teóricos que antecedem a Teoria da Interdependência Complexa.....	27
3.2. Teoria da Interdependência Complexa.....	28
3.2.1. Críticas e alternativas para a Teoria da Interdependência Complexa.....	30
3.2.2. A Teoria da Interdependência Complexa como ferramenta de análise para os SIDS e sua busca por cooperação internacional para um desenvolvimento sustentável..	31
<b>4. A EFICÁCIA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA OS SIDS.....</b>	<b>33</b>
4.1. A Cooperação Internacional para com os Estados Insulares.....	33
4.1.1. Desafios da Cooperação Internacional dos SIDS.....	35
<b>5. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO CENÁRIO APRESENTADO.....</b>	<b>37</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS:.....</b>	<b>44</b>

## AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho dentro do contexto de viver como imigrante em Portugal, depois de dois anos marcados por grandes altos e baixos, requer um alto nível de resiliência e determinação. Na minha experiência, essa conquista não seria possível sem as pessoas que me apoiaram e acreditaram em mim durante todo esse processo. Dito isso, é imprescindível o meu profundo agradecimento:

À minha mãe, Adriane, e ao meu pai, Luiz Fernando, por acreditarem e investirem no meu potencial, me proporcionando muito mais do que o necessário para que eu realize todos os meus sonhos, não só ao durante o mestrado, mas ao longo de toda a minha vida;

Às minhas avós, Nilza e Andresa, por serem grandes exemplos de mulheres para mim e para toda a minha família e ao meu avô, João Carlos, por ter despertado em mim o que há de mais importante na vida acadêmica: a curiosidade e a busca por conhecimento;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ennes Ferreira, por todo o compartilhamento de conhecimento e apoio durante, não só esse ano, mas por todos os dois anos do curso; e por confiar no meu potencial para a escrita deste trabalho ao longo de todo esse ano;

A todos os professores do curso de Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG que passaram pela minha trajetória durante os últimos quatro anos, por todos os ensinamentos que me trouxeram até o trabalho de conclusão;

À minha família de Portugal, Ana Cláudia Aleixo, Caroline Aleixo, Duarte Ribeiro e, especialmente, ao meu namorado Matheus Aleixo. Eles, que no último ano foram um grande porto seguro na minha vida, que me acolheram e trouxeram-me mais felicidade. Para quem estava vivendo uma vida tão longe de casa, eles fizeram de Portugal a minha casa também. Ao Matheus, não há palavras suficientes para agradecer tamanho carinho, compreensão e apoio.

## 1. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios globais da atualidade, afetando diretamente as nações insulares conhecidas como Small Island Developing States (SIDS). Esses Estados, caracterizados por sua vulnerabilidade geográfica e socioeconômica, enfrentam ameaças significativas devido aos efeitos das mudanças climáticas, incluindo o aumento do nível do mar, eventos climáticos extremos e perda de biodiversidade. Diante desse contexto desafiador, a cooperação internacional desempenha um papel fundamental na mitigação e prevenção dos impactos das mudanças climáticas nos SIDS.

Este estudo tem como objetivo investigar os principais avanços dos SIDS no âmbito da cooperação internacional para a mitigação e prevenção do impacto das mudanças climáticas nos Estados insulares. Com embasamento na revisão bibliográfica de diferentes fontes e análise documental, busca-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: **"Quais são os principais avanços dos SIDS no âmbito da cooperação internacional para mitigação e prevenção do impacto das mudanças climáticas nos Estados insulares?"**

A hipótese levantada é que houve avanços importantes, porém não tão eficazes quanto deveriam ser, em relação ao avanço das mudanças climáticas nessas regiões. Nesse sentido, será utilizada a Teoria da Interdependência Complexa como base teórica para a análise. A Teoria da Interdependência Complexa destaca a interação e a interdependência entre os atores internacionais, argumentando que os desafios globais, como as mudanças climáticas, exigem uma abordagem cooperativa e multidimensional.

O presente estudo está organizado da seguinte forma: no capítulo a seguir, serão apresentados os SIDS e suas principais características, contextualizando o cenário em que estão inseridos. Será discutido o fenômeno das mudanças climáticas e seu impacto nos SIDS, bem como as medidas de mitigação e adaptação adotadas por esses Estados. Serão exploradas as melhores práticas e os fatores de sucesso no combate às mudanças climáticas nos SIDS.

No terceiro capítulo, será introduzida a Teoria da Interdependência Complexa, contextualizando os grandes debates teóricos que antecedem essa abordagem. Serão discutidas as críticas e alternativas à teoria, além de explorar como a Teoria da Interdependência Complexa pode ser uma ferramenta de análise para os SIDS em sua busca por cooperação internacional visando o desenvolvimento sustentável.

Em seguida, será avaliada a eficácia da cooperação internacional para os SIDS no enfrentamento das mudanças climáticas. Serão examinados os avanços dos SIDS nos

principais órgãos de cooperação internacional relacionados às mudanças climáticas e como sua participação influencia as decisões e o apoio recebido.

No quinto capítulo, serão discutidas as causas e consequências do cenário apresentado, identificando os desafios enfrentados pelos SIDS e as implicações globais das mudanças climáticas nessas regiões.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, resumindo as principais conclusões do artigo. Destaca-se que a cooperação internacional é fundamental para enfrentar os desafios das mudanças climáticas nos SIDS. Embora tenham sido observados avanços significativos na cooperação internacional, especialmente no fortalecimento da capacidade institucional e na promoção da participação da comunidade e do envolvimento de partes interessadas relevantes, ainda existem lacunas a serem preenchidas.

Uma das principais conclusões do estudo é a necessidade de realizar mais pesquisas científicas em todas as disciplinas para entender como os SIDS experimentarão e responderão aos desafios crescentes das mudanças climáticas. É crucial ter um conhecimento aprofundado dos impactos específicos nas diferentes regiões e ecossistemas dos SIDS, a fim de desenvolver estratégias adaptadas e eficazes.

Além disso, a cooperação internacional precisa ser aprimorada. Os países do sistema internacional devem entender que os desafios enfrentados pelos SIDS não são apenas problemas isolados dessas nações, mas sim questões que afetam todo o planeta. As consequências catastróficas das mudanças climáticas nos SIDS, como a migração em massa e a perda de biodiversidade, têm implicações políticas, econômicas e ambientais globais.

Com base nos resultados do estudo, algumas recomendações podem ser feitas para futuras pesquisas e ações políticas. Primeiramente, é fundamental fortalecer o comprometimento político na abordagem das mudanças climáticas, pois os SIDS que demonstram um forte compromisso político têm mais chances de alcançar sucesso em suas iniciativas. Além disso, a cooperação regional entre os SIDS tem se mostrado eficaz na troca de conhecimentos, compartilhamento de recursos e fortalecimento da resiliência coletiva.

A participação ativa dos SIDS nas negociações climáticas internacionais também é essencial para influenciar as decisões e garantir que suas preocupações sejam consideradas. Isso fortalece sua posição na busca de financiamento e apoio internacional. Parcerias público-privadas podem ser estabelecidas para promover o turismo sustentável, aumentar a conscientização e apoiar as ações climáticas dos SIDS.

## 2. OS SIDS E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A BUSCA POR MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO

O presente capítulo visa apresentar o conhecimento necessário para avançar para a análise do principal problema de pesquisa deste trabalho. Em um primeiro momento, é introduzido o grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, ou Small Island Developing States (SIDS), apresentando um breve histórico da formação do grupo e suas principais características. O subcapítulo seguinte será dedicado a explicar o fenômeno das mudanças climáticas para que, em seguida, seja possível dissertar sobre os impactos das mudanças climáticas nos SIDS e, por fim, apresentar as medidas de adaptação e mitigação que estão sendo tomadas pelo grupo, dissertando sobre sua eficácia e as melhores práticas logo após.

### *2.1. Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento são um grupo de 37 Estados membros da ONU<sup>1</sup> e 20 Estados e territórios ultramarinos que não integram nenhuma grande organização internacional. Dos Estados-membros da ONU, oito também estão na lista de países menos desenvolvidos (LDCs<sup>2</sup>). A característica comum desses Estados é que todos encontram-se sujeitos a vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais extremamente específicas. Suas localizações estão divididas em três espaços geográficos: 1) Oceano Atlântico, Índico e Mar da China Meridional; 2) Caribe; 3) Oceano Pacífico (UN-ORHLLS, 2020).

---

<sup>1</sup> O grupo era composto por 38 Estados-membros, porém, a pedido do Estado de Bahrein, este foi removido do grupo SIDS em abril de 2023. É importante considerar que os dados apresentados neste trabalho não levam em conta esse evento, já que a data do ocorrido e a produção deste trabalho aconteceram em datas extremamente próximas, sem que houvesse tempo de surgirem dados mais atualizados.

<sup>2</sup> A sigla vem do inglês: *Least Developed Countries*

## Quadro 1 - Estados/Regiões que formam o grupo SIDS

Oceano Atlântico, Oceano Índico e Mar da China Meridional	Caribe		Oceano Pacífico	
Bermudas*	Anguilla*	Ilhas Cayman*	Fiji	Ilhas Salomão
Cabo Verde	Antigua e Barbuda	Ilhas Marianas do Norte*	Ilhas Cook*	Timor-Leste
Comores	Aruba*	Ilhas Virgens Britânicas*	Ilhas Marianas do Norte*	Tonga
Guam*	Bahamas	Jamaica	Kiribati	Tuvalu
Guiné-Bissau	Barbados	Martinica*	Ilhas Marshall	Vanuatu
Ilhas Maldivas	Belize	Montserrat*	Estados Federados da	
Ilhas Maurício	Cuba	Porto Rico*	Nauru	
Ilhas Turks e Caicos*	Curaçao*	Saint Kitts e Nevis	Niue*	
São Tomé e Príncipe	Dominica	Santa Lucia	Nova Caledônia*	
Seychelles	República Dominicana	São Vicente e Granadinas	Palau	
Singapura	Granada	Saint-Martin*	Papua Nova Guiné	
	Guadalupe*	Suriname	Polinésia Francesa*	
	Guiana	Trinidad and Tobago	Samoa	
	Haiti		Samoa Americana*	

\*Estados que não são membros da ONU

Fonte: Elaborado pela autora, com base em UN-OHRLLS (2023).

Os SIDS foram reconhecidos como um caso especial pelo contexto ambiental de seus territórios e parâmetros de desenvolvimento em 1992, na conferência Rio 92. Esse reconhecimento foi feito, especificamente, no contexto da Agenda 21<sup>3</sup>:

17.123. Os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e as ilhas que abrigam pequenas comunidades são um caso especial tanto no que diz respeito ao meio ambiente como ao desenvolvimento. Ambos são ecologicamente frágeis e vulneráveis. Suas pequenas dimensões, seus recursos limitados, sua dispersão geográfica e o isolamento em que se encontram relativamente aos mercados colocam-nos em desvantagem do ponto de vista econômico e impedem que obtenham economias de escala. No caso dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, o oceano e o meio ambiente costeiro têm importância estratégica, constituindo valioso recurso para o desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p.223).

Como apontado pela Agenda 21, o progresso de muitos dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento é mais complicado em relação a outras nações em desenvolvimento, pois possuem diversas vulnerabilidades em comum, incluindo uma área territorial muito pequena, uma localização remota, diversos impactos das mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e uma limitada base de recursos. O aumento do nível do mar, combinado com eventos climáticos violentos resultam nas ameaças mais imediatas dos SIDS (NAÇÕES UNIDAS, 1992).

<sup>3</sup> A Agenda 21 é um plano abrangente de ação global estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, buscando um equilíbrio entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais, visando melhorar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

### *2.1.1. Principais características dos SIDS*

A maioria dos territórios pertencentes ao grupo é independente. Suas grandes áreas oceânicas representam uma parcela significativa do oceano do mundo. Geralmente, a indústria de pesca oceânica e costeira, entre outras atividades econômicas relacionadas ao mar, representam uma fonte essencial de receita e de segurança alimentar, para a população dos SIDS (UN-OHRLLS, 2020).

Somente nos Estados membros também pertencentes à Comunidade do Caribe (CARICOM), mais de 64 mil habitantes trabalham diretamente com pescarias de pequena escala e aquicultura. Adiciona-se a isso, 180 mil pessoas que trabalham indiretamente em atividades relacionadas à pesca, incluindo processamento, varejo, construção de barcos e reparo dos meios de produção. O impacto das mudanças climáticas pode, fundamentalmente, alterar a indústria de pesca nos SIDS (CANARI, 2020).

Uma outra indústria essencial para muitos dos pequenos Estados Insulares é o turismo. Este possui uma parcela maior do que a pesca no PIB de algumas ilhas. A principal atração turística das ilhas são as suas belezas naturais, sendo o ecoturismo<sup>4</sup> uma demanda conveniente e oportuna para as economias dos SIDS. Uma região que possui uma parcela expressiva da receita financeira dos seus habitantes vindos do turismo são os pequenos Estados insulares do Caribe. Anualmente, aproximadamente 12% do total da força de trabalho está neste setor, trabalhando direta e indiretamente com a indústria do turismo (UN-OHRLLS, 2015). De acordo com a Organização Mundial do Turismo (2023), o turismo ocupa cerca de ¼ do PIB de, pelo menos, sete países dos SIDS e representa 9% do total de exportações. (UNWTO, 2023).

Os SIDS também são extremamente importantes no que diz respeito à biodiversidade global. O grupo representa apenas 3% do território mundial, mas possui uma parcela de 20% de toda a biodiversidade do planeta, sendo, assim, um ambiente fundamental para o ecossistema, como é dito neste trecho do relatório de 2017 da UN-OHRLLS:

“As ilhas, consideradas 'hotspots' da biodiversidade, têm sido vistas como a maior contribuição para a biodiversidade global proporcional ao seu tamanho, visto que elas contêm 'alguns dos mais ricos reservatórios de plantas e animais da Terra'” (UN-OHRLLS, 2017, p.6, tradução nossa).<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> O ecoturismo caracteriza-se como viagens ecologicamente responsáveis.

<sup>5</sup> "Islands, thought of as biodiversity “hotspots,” have been regarded as making the greatest contribution to global biodiversity proportional to their size, as they contain “some of the richest reservoirs of plants and animals on Earth.” (UN-OHRLLS, 2017, p.6).

O fato de as ilhas estarem localizadas em locais remotos facilitou o desenvolvimento de animais e plantas endêmicas. Isso resulta em territórios importantes para pesquisadores que buscam compreender as origens da biodiversidade e para a conservação do ecossistema global. Por isso, indústrias como o turismo e a pesca - as quais dependem diretamente da preservação do ambiente - ocupam metade do PIB das economias dos SIDS (UN-OHRLLS, 2020).

A flora dos SIDS também possui muita importância para as suas comunidades e grande valor internacionalmente. Plantas que possuem grande demanda internacional, como cana de açúcar, coco, banana e café são próprias para cultivo em ambientes quentes e úmidos, características muito presentes nos SIDS. Com isso, a agricultura também possui uma parcela importante do PIB de muitos pequenos Estados insulares (UN-OHRLLS, 2017).

## *2.2. O Fenômeno das Mudanças Climáticas*

A fim de entender o que são as mudanças climáticas, deve-se, primeiramente, compreender a diferença entre tempo (referente a temperatura) e clima. O tempo são as mudanças que se vê e se sente na temperatura do ambiente no dia a dia, a curto prazo. O tempo também muda de acordo com o lugar. Enquanto, em uma cidade, o dia está ensolarado, em outra, o dia está chuvoso. O clima consiste na temperatura média (ou seja, na média do tempo) de determinado local. Portanto, por mais que esteja chovendo em um dia em tal lugar durante o inverno, o seu clima no inverno será seco, pois, na grande maioria dos dias, há uma baixa porcentagem de umidade no ar durante esse período do ano (MAY, 2017).

O fenômeno das mudanças climáticas consiste no fato científico de que o sistema climático global está sendo afetado pela interferência de determinadas atividades humanas que influenciam na temperatura média do ambiente e intensificam o efeito estufa. O efeito estufa consiste no fato de que a terra possui alguns gases - como o dióxido de carbono, principalmente - que alteram a balança de energia, pois eles prendem uma parcela da radiação ultravioleta na terra, fazendo com que essa esteja em maior quantidade na terra do que a radiação infravermelha no espaço, tornando a temperatura da terra mais alta (SACHS, 2015).

Se essa atividade não ocorresse, a terra seria muito mais fria do que é, porém, o problema do efeito estufa se encontra na grande e crescente quantidade de dióxido de carbono que vem sendo emitida a mais por causa da atividade humana desde a revolução industrial. Acrescenta-se a isso o fato de que quanto mais quente a terra fica por causa desse processo,

mais água se torna vapor, intensificando a sensação térmica e agravando a situação do aquecimento global e da mudança global do clima. Consequentemente, as mudanças climáticas, advindas desse processo, vêm gerando graves problemas para o planeta (SACHS, 2015).

Apesar de existirem estudos sobre isso desde o final do século XIX, somente em 1972, a sociedade internacional uniu-se para começar a tratar de temáticas ambientais, através da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, mais conhecida como Conferência de Estocolmo. De todo modo, a problemática da mudança do clima foi pouco citada nesta conferência, a qual voltou-se para questões relacionadas à poluição e o teste de bombas atômicas (BAYLIS; SMITH; OWENS, 2017).

Ainda assim, foi a partir disso que o assunto foi tornando-se uma pauta cada vez mais relevante na agenda internacional. A discussão sobre as mudanças climáticas intensificou-se com a criação do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC), em 1988, com a conferência Rio 92, em 1992, e com a assinatura do Protocolo de Kyoto<sup>6</sup>, em 1997 (BAYLIS; SMITH; OWENS, 2017).

Desde o final do século XX e início do século XXI, já é possível observar os impactos das mudanças climáticas causadas pelo homem, o que leva diversos cientistas a afirmarem que estamos a viver a Época do Antropoceno. A grande maioria desses impactos está relacionada com o aumento de temperatura e ondas de calor com maior frequência, duração e intensidade. Esses fatores resultam em alterações no crescimento e na distribuição de plantas e animais. Algumas consequências afetam severamente atividades econômicas como, por exemplo, a pesca, o que impacta diretamente na economia dos SIDS. Com o aumento da temperatura média dos oceanos, algumas espécies marinhas optam por migrar para longe dos trópicos, buscando por águas mais frias e alterando o ecossistema (SACHS, 2015; AUSTRALIAN ACADEMY OF SCIENCE, 2015).

Em adição a isso, o aumento na temperatura média dos polos também causa o derretimento das calotas polares, principalmente no caso da Groenlândia e da Antártica, as quais resultam em um aumento considerável do nível do mar (CARRINGTON, 2020). Essa será a principal razão pela qual os habitantes dos SIDS têm e terão dificuldades em permanecer em seu país.

---

<sup>6</sup> Com a assinatura do protocolo de Kyoto, os Estados comprometeram-se a diminuir por volta de 5% as suas emissões de dióxido de carbono durante o período entre 2008 e 2012.

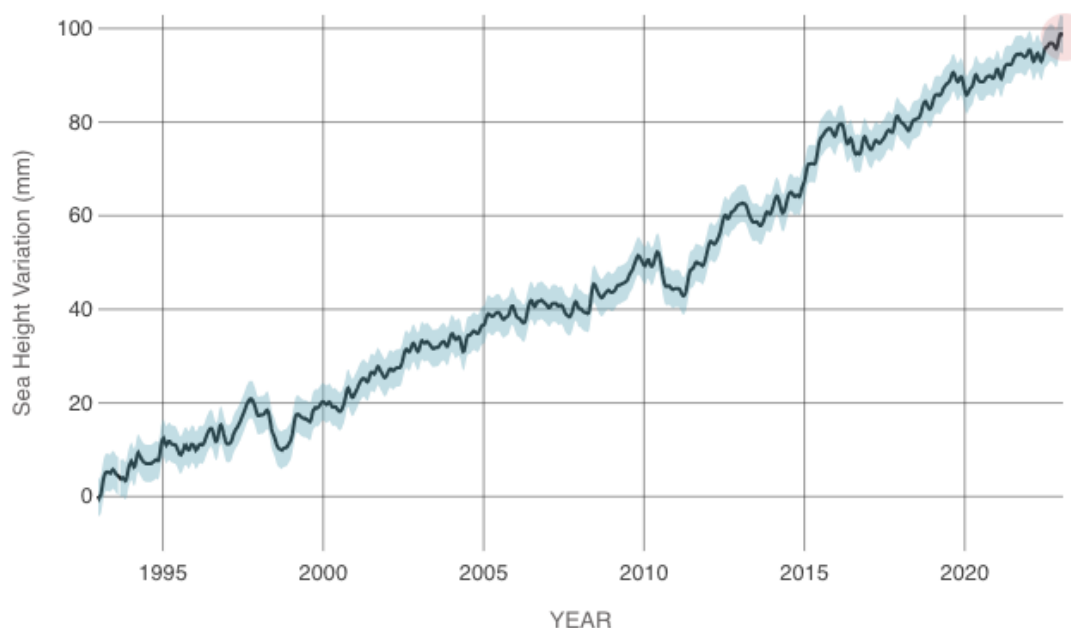
Gráfico 1 - Variação de massa de gelo (derretimento) da Antártica desde 2002



Fonte: NASA (2022)

O gráfico 1 apresenta a variação cumulativa da massa de gelo (derretimento), em gigatoneladas, na região da Antártica. De acordo com a NASA (2022), a Antártida está perdendo massa de gelo a uma taxa média de cerca de 150 bilhões de toneladas a cada ano, e a Groenlândia está perdendo cerca de 270 bilhões de toneladas por ano. A consequência desse derretimento é ilustrada no gráfico 2:

Gráfico 2 - Aumento do nível do mar desde 1993



Fonte: NASA (2023)

Com o aumento do derretimento de gelo, os níveis globais do mar estão subindo com taxas recentes sem precedentes nos últimos 2.500 anos. De acordo com o gráfico 2, o qual mede a variação da altura do mar ao longo dos anos, desde 1993, houve um aumento de 98,5 milímetros no nível do mar. Como consequência, estima-se que inundações afetarão aproximadamente 400 milhões de pessoas que vivem em áreas costeiras anualmente (NASA, 2023; CARRINGTON, 2020).

As mudanças climáticas antrópicas são um fenômeno inédito na história da humanidade. É um problema que afeta, direta ou indiretamente, todas as dimensões das relações internacionais, ameaçando a integridade dos Estados, assim tendo reflexos na dimensão da segurança internacional. No âmbito econômico, faz com que o mundo precise alterar os seus padrões de vida, devido à necessidade de redução dos gases do efeito estufa em termos de energia, transporte e agricultura. Ainda assim, a situação, desde o início de suas discussões, vem sendo relevada por altos níveis políticos, que optaram por priorizar outras questões referentes à economia global, já que as escolhas favoráveis ao combate das mudanças climáticas podem ser muito caras em termos de fundos e de apoio político por parte de grandes empresas que seriam prejudicadas com tais decisões (BAYLIS; SMITH; OWENS, 2017).

Apesar de o fenômeno ainda não ser completamente compreendido por líderes mundiais, existem evidências para que se possa comprovar que as medidas a favor do combate às mudanças climáticas podem trazer benefícios econômicos também, através do desenvolvimento de novas tecnologias que possam servir como energia alternativa à de combustíveis fósseis. A principal questão é que já há como comprovar que as principais nações afetadas pelas mudanças climáticas serão os países em desenvolvimento, justamente, pela sua falta de infraestrutura e tecnologia (BAYLIS; SMITH; OWENS, 2017). Os mais vulneráveis são aqueles que se encontram ao nível do mar, o caso de todos os SIDS.

A problemática das mudanças climáticas induzidas pelos seres humanos indica que o meio de industrialização adotado pelos países desenvolvidos interfere no meio ambiente de forma drástica e sem precedentes. Mais do que isso, as suas consequências acabam sendo sentidas mais intensamente em lugares específicos (muitas vezes, os quais não fazem parte dos principais causadores dessas alterações do clima), o que é o caso dos SIDS.

### *2.3. O Impacto das Mudanças Climáticas nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*

Os SIDS têm uma população, ao todo, de aproximadamente 65 milhões de pessoas e contribuem com menos de 1% da população mundial e das emissões de gases do efeito estufa no mundo. Isso significa que os SIDS são afetados de maneira desproporcional pelas consequências das mudanças climáticas. Considerando que a elevação do nível do mar pode torná-los inabitáveis, a maioria de suas comunidades, de sua infraestrutura e de suas atividades econômicas já estão sendo prejudicadas (UN-OHRLLS, 2017).

Cerca de 90% dos Estados e territórios pertencentes aos SIDS encontram-se em regiões tropicais, caracterizadas por já serem mais propensas que outros lugares a sofrer frequentemente com situações extremas referentes ao clima, como tempestades e inundações. Com as mudanças climáticas, essas situações tornam-se ainda mais prováveis de ocorrerem nesses territórios. A fim de exemplificar com dados, no caso de um ciclone de proporção vista somente a cada 250 anos, 6 dos 10 países mais propensos a vivenciar tal caso fazem parte dos SIDS (UN-OHRLLS, 2015).

Além disso, o aumento do nível do mar representa uma das ameaças mais imediatas para os Estados insulares, visto que a maioria das comunidades, infraestrutura e atividades econômicas do grupo estão localizadas em áreas costeiras baixas. No Oceano Pacífico, onde existe um grande número de comunidades dos SIDS, taxas de aumento do nível do mar de até

quatro vezes a média global (aproximadamente 12 mm por ano) foram relatadas entre 1993 e 2009 (UN-OHRLLS, 2020). Segundo a OMM (2015), esses perigos hidrometeorológicos podem impactar severamente os SIDS mais vulneráveis e expostos, tirando vidas, destruindo infraestrutura e meios de subsistência e causando erosão costeira, deslizamentos de terra, epidemias e o movimento e disseminação de substâncias tóxicas e, em alguns casos, material vulcânico (WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION, 2015).

Devido aos problemas naturais sofridos por essas regiões, as espécies que compõem a biodiversidade dos SIDS são consideradas as que sofrem maiores riscos de extinção. As principais causas para a perda de biodiversidade dos territórios insulares incluem as mudanças climáticas, doenças, desastres naturais, entre outros fatores. No entanto, as mudanças climáticas possuem uma parcela significativa de responsabilidade como ameaça à biodiversidade ao redor do mundo (UN-OHRLLS, 2017).

Em todas as regiões dos SIDS, encontram-se os maiores números de espécies endêmicas e extraordinárias, como a Iguana Azul, das Ilhas Cayman, a Tartaruga Aldabra de Seychelles. No que se trata de tartarugas, muitos dos SIDS são territórios de aninhamento de um vasto número de espécies. Todas essas espécies encontram-se em perigo de extinção e com graves desafios na sua sobrevivência, por causa das alterações do clima e suas implicações (UN-OHRLLS, 2017).

Ademais, uma questão de flora extremamente importante para os SIDS são os corais. Os corais e outras plantas marinhas têm uma função primordial no ecossistema do oceano, por ser o habitat e alimento de muitas espécies da fauna marinha e, conseqüentemente, atraírem os predadores desses animais, tais como tubarões, golfinhos e baleias (UN-OHRLLS, 2020). Porém, em detrimento das mudanças do clima, os corais estão perdendo suas cores e ficando esbranquiçados, um fenômeno que indica que estão perdendo a vida e, portanto, não são mais capazes de exercer a sua função no ecossistema, o que gera conseqüências para toda a diversidade marinha (UN-OHRLLS, 2020).

Espécies marinhas estão gradualmente migrando da linha do equador para regiões com água mais fria. A partir disso, surgem conseqüências negativas, destaca-se a perda de pescarias tradicionais as quais estão diretamente ligadas com as condições climáticas da região. Além dos efeitos econômicos, a redução da pesca aumenta as preocupações com segurança alimentar, haja vista o tamanho de seus territórios e o clima, os quais não são propícios para o cultivo de alimentos em grande escala (UN-OHRLLS, 2020).

A indústria de pesca contribui para, aproximadamente, 50% das exportações dos SIDS, sendo assim de suma importância para as suas economias locais e para oportunidades

de trabalho. No entanto, a pesca excessiva vem sendo um problema cada vez mais prejudicial aos ecossistemas dos territórios do grupo, dificultando a preservação da biodiversidade e tornando a indústria da pesca insustentável. Esse problema é intensificado pelas mudanças climáticas, visto a diminuição da população de peixes por outros fatores, tal como a questão dos corais supramencionada (UN-OHRLLS, 2020).

No que diz respeito ao setor do turismo, estima-se que cerca de 49% das principais propriedades dos resorts, nos países da CARICOM, sejam danificados ou destruídos por causa da elevação do nível do mar devido às mudanças climáticas, somada ao aumento de tempestades e à falta de proteção costeira extensiva, que não há por causa do interesse de preservar a estética das áreas naturais da praia e a vista para o mar (UN-OHRLLS, 2015).

É válido adicionar que, em cinco décadas, de 1970 a 2020, os SIDS sofreram um déficit por causa de questões climáticas de, aproximadamente, US\$ 153 bilhões. Considerando que a média do PIB dos SIDS é de US\$ 13,7 bilhões, a perda apresentada é extremamente significativa para o grupo. Para os SIDS cuja terra fica a apenas cinco metros ou menos acima do nível do mar, a elevação projetada do nível do mar representa uma ameaça direta à sua existência (UNDP, 2023).

#### *2.4. O Combate às Mudanças Climáticas nos SIDS: a eficácia das medidas de mitigação e adaptação e suas melhores práticas*

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento são países que, não só não possuem recursos para lidar com os impactos das mudanças climáticas, mas também, por serem pequenas ilhas com uma parcela majoritária de seu território que se encontra a nível do mar, são extremamente vulneráveis e correm um grande risco de terem o seu território completamente inundado em poucos anos. O grupo encontra-se estagnado em termos de desenvolvimento. As suas despesas com os impactos causados por desastres ambientais, enchentes e inundações ou por prejuízo por causa da deterioração da indústria de pesca, por exemplo, fazem com que os Estados não tenham recursos para garantir a prevenção desses problemas ambientais e não consigam investir no seu desenvolvimento sustentável. Eles são os primeiros países a sofrerem com a relação inversamente proporcional entre o aumento da população e a escassez de recursos (THOMAS et al., 2020).

Por isso, é importante que existam medidas eficazes para o combate às mudanças climáticas nos SIDS. Tanto em termos de mitigação, quanto em termos de adaptação. O

presente subcapítulo procura explorar as medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas por parte dos SIDS e compreender suas melhores práticas e sua eficácia.

#### *2.4.1. As principais medidas de mitigação e adaptação dos SIDS*

Uma das primeiras abordagens para a mitigação e adaptação dos SIDS foi através do Plano de Ação de Barbados, o BPOA, adotado em 1994 durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável. Este estabeleceu uma abordagem abrangente para os desafios enfrentados pelo grupo. As principais áreas de ação incluíram o fortalecimento da gestão ambiental, o desenvolvimento sustentável, a adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima e a capacitação institucional e tecnológica (UN-OHRLLS, 1994).

Buscando fortalecer a resiliência dos SIDS e acelerar a implementação do BPOA, vinte anos depois, a Conferência das Nações Unidas sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento em 2014 resultou da iniciativa SAMOA *Pathway*, buscando fortalecer a resiliência dos SIDS e acelerar a implementação do BPOA. As estratégias desse projeto abrangem a promoção do desenvolvimento sustentável, a adaptação às mudanças climáticas, o gerenciamento de riscos e a mobilização de recursos financeiros e tecnológicos (NAÇÕES UNIDAS, 2014).

Outra iniciativa importante para ser mencionada é a iniciativa de 2017, chamada de Ação e Adaptação dos SIDS, a AOSIS, liderada pelo grupo para fortalecer a capacidade de adaptação e resiliência desses países. O objetivo da AOSIS é mobilizar recursos para projetos de adaptação em setores-chave, como agricultura, recursos hídricos, infraestrutura e saúde. Além disso, a AOSIS promove a cooperação regional e a troca de conhecimentos entre os SIDS (ALLIANCE OF SMALL ISLAND STATES, 2019).

Para além dessas iniciativas, vários SIDS têm desenvolvido estratégias nacionais para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Essas estratégias são adaptadas às necessidades e circunstâncias específicas de cada país, levando em consideração fatores como geografia, recursos disponíveis e vulnerabilidades específicas. Por exemplo, alguns SIDS têm se concentrado na promoção de fontes de energia renovável para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, enquanto outros têm investido em infra estruturas resilientes para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, como a elevação do nível do mar e eventos climáticos extremos (UNDP, 2022).

No nível internacional, os SIDS têm buscado apoio e parcerias com outros países e organizações para implementar suas estratégias de mitigação e adaptação. Isso inclui a mobilização de financiamento adequado para apoiar ações climáticas e o acesso a tecnologias e conhecimentos relevantes. Os SIDS também têm participado ativamente de negociações climáticas internacionais, como a Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, para garantir que suas preocupações sejam levadas em consideração nas decisões globais relacionadas às mudanças climáticas (THOMAS et al., 2020).

No entanto, uma das principais limitações enfrentadas pelos SIDS é a falta de recursos adequados para implementar plenamente suas estratégias de adaptação. Muitas vezes, os recursos disponíveis são direcionados principalmente para a mitigação, devido à pressão global para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Isso cria um desafio significativo para os SIDS, que precisam equilibrar a necessidade de reduzir suas emissões com a urgência de se adaptar aos impactos das mudanças climáticas que já estão ocorrendo (THOMAS et al., 2020).

Justamente por causa da sua importância, os esforços para aumentar o financiamento climático para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) têm sido uma prioridade nas negociações climáticas internacionais. Existem várias fontes de financiamento climático disponíveis para apoiar os SIDS em suas estratégias de mitigação e adaptação. A seguir, serão apresentados alguns dos esforços realizados para aumentar o financiamento climático para os SIDS.

O Fundo Verde para o Clima é uma das principais fontes de financiamento climático para os SIDS. Foi estabelecido em 2010 com o objetivo de apoiar os países em desenvolvimento na implementação de ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O GCF mobiliza recursos financeiros de várias fontes, incluindo governos, setor privado e doações internacionais, e os distribui para projetos e programas nos SIDS e outros países em desenvolvimento (FUNDO VERDE PARA O CLIMA, 2020).

Além do Fundo Verde para o Clima, em 2005, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) estabeleceu um Mecanismo Financeiro para fornecer apoio financeiro aos países em desenvolvimento, incluindo os SIDS. Esse mecanismo inclui várias entidades, como o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que mobilizam recursos financeiros e tecnológicos para apoiar a implementação de projetos de mitigação e adaptação nos SIDS (UNFCCC, 2005).

Além das fontes mencionadas acima, os SIDS também recebem financiamento climático por meio de acordos bilaterais e multilaterais com outros países e organizações. Esses acordos podem envolver doações diretas, empréstimos concessionais ou investimentos em projetos específicos de mitigação e adaptação. Vários países desenvolvidos têm se comprometido a fornecer financiamento climático adicional para os SIDS como parte de seus compromissos internacionais, como a Austrália e os Estados Unidos, os principais doadores para os SIDS (OECD, 2021).

Além disso, é importante mencionar que a disponibilidade de financiamento climático para os SIDS pode variar ao longo do tempo e está sujeita a fatores políticos, econômicos e de prioridades nacionais e internacionais. Portanto, é necessário monitorar continuamente as mudanças e os desenvolvimentos na área do financiamento climático para entender melhor o apoio disponível para os SIDS e suas estratégias de mitigação e adaptação.

#### *2.4.2. A eficácia das medidas de mitigação e adaptação*

A eficácia das iniciativas de cooperação internacional dos SIDS na mitigação e adaptação às mudanças climáticas depende de vários fatores. A disponibilidade de recursos financeiros adequados para implementar plenamente suas estratégias de adaptação é a maior dificuldade encontrada pelos Estados Insulares<sup>7</sup> (OECD, 2021).

Embora tenham sido feitos esforços para aumentar o financiamento climático para os SIDS, como o GEF, o MDL e o Fundo Verde, ainda há uma lacuna significativa entre as necessidades de adaptação e os recursos disponíveis. Muitas vezes, os recursos financeiros são direcionados principalmente para a mitigação, devido à pressão global para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Isso cria um desafio para os SIDS, que precisam equilibrar a necessidade de reduzir suas emissões com a urgência de se adaptar aos impactos das mudanças climáticas (KLÖCK and NUNN, 2019).

Os pequenos Estados insulares também enfrentam desafios significativos na obtenção de financiamento para e o acesso a tecnologias para apoiar suas ações de mitigação e adaptação. Nesse contexto, a cooperação internacional desempenha um papel crucial. Os SIDS têm defendido o fortalecimento dos mecanismos de financiamento climático e o estabelecimento de transferência de tecnologia justa e acessível, a fim de superar as

---

<sup>7</sup> Além disso, é importante mencionar que, assim como no restante do planeta, o COVID-19 causou um atraso na eficácia dessas medidas. O motivo se dá principalmente pelo fato de uma grande porcentagem de recursos financeiros de países e organizações doadoras serem movidos para o combate da pandemia, causando uma diminuição nos fundos voltados para os SIDS (UNCTAD, 2021).

limitações enfrentadas (KLÖCK and NUNN, 2019). Um mecanismo relevante nesse aspecto tem sido a Parceria Tecnológica dos SIDS, a qual busca facilitar o acesso e a transferência de tecnologias para os SIDS, ajudando-os a desenvolver soluções climáticas adequadas às suas necessidades (ONU, n.d.).

Além disso, as iniciativas regionais e parcerias desempenham um papel importante no aumento do financiamento climático para os SIDS. As ilhas do Pacífico, por exemplo, formaram parcerias com agências internacionais visando mobilizar financiamento e assistência técnica para fortalecer a resiliência dos países do Pacífico às mudanças climáticas. Essas iniciativas regionais complementam os esforços globais e buscam garantir uma distribuição mais equitativa dos recursos financeiros (MCLEOD et al., 2019; OECD, 2022).

Os SIDS reconhecem a importância da formação de alianças e parcerias estratégicas com outros países e organizações para fortalecer sua posição no sistema internacional. Por meio de alianças e parcerias com países desenvolvidos, os SIDS buscam ampliar seu alcance e influência, compartilhar melhores práticas, mobilizar recursos e promover interesses comuns relacionados às mudanças climáticas. Essas parcerias contribuem para a cooperação Sul-Sul e a solidariedade global em relação aos desafios enfrentados pelos SIDS. Um exemplo interessante é a parceria dos SIDS chamada SIDS DOCK, essa parceria reúne países e organizações para apoiar a transição para energia renovável e aumentar a resiliência dos SIDS (SIDSDOCK, n.d.)

Através da cooperação sul-sul, os Estados compartilham experiências e conhecimentos com outros países em desenvolvimento que enfrentam desafios semelhantes relacionados às mudanças climáticas. Por meio dessa cooperação horizontal, os SIDS podem aprender uns com os outros, trocar melhores práticas e buscar soluções conjuntas que sejam adequadas às suas realidades específicas (KLÖCK and NUNN, 2019).

A cooperação Sul-Sul fortalece a relação entre os países em desenvolvimento e contribui para a construção de uma agenda global mais inclusiva e equitativa. Um exemplo são os países membros da CARICOM, os quais têm se unido para enfrentar desafios comuns das mudanças climáticas, compartilhando recursos e conhecimentos em áreas como adaptação, gestão de desastres e desenvolvimento de energias renováveis ((KLÖCK and NUNN, 2019; CEPAL, 2023).

A participação dos SIDS no meio de negociações climáticas internacionais também tem sido significativa, como a Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Eles têm buscado garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades sejam levadas em consideração nas discussões sobre

ações climáticas globais. A participação ativa dos SIDS nessas negociações tem sido crucial para influenciar políticas, promover a cooperação internacional e obter compromissos significativos dos países desenvolvidos (KLÖCK and NUNN, 2019).

Fiji foi um Estado que desempenhou um papel de liderança na COP 23, presidindo a conferência e destacando as questões dos SIDS, particularmente a adaptação e ação climática oceânica. Outro exemplo seriam as ilhas Maldivas, as quais têm sido uma voz proeminente nas negociações climáticas, defendendo ações ambiciosas para reduzir as emissões e aumentar a resiliência dos SIDS (SIMONELLI, 2016).

#### *2.4.3. As melhores práticas e fatores de sucesso*

Ao longo dos anos, alguns Estados membros dos SIDS têm demonstrado melhores práticas e alcançado sucesso na implementação de estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Essas boas práticas podem servir como referência para outros SIDS e países enfrentando desafios semelhantes.

Como já mencionado, alguns SIDS têm se concentrado na promoção e desenvolvimento de fontes de energia renovável, como solar, eólica e biomassa. Essas fontes de energia ajudam a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e aumentar a resiliência energética dos SIDS por meio da diversificação de suas fontes de energia. A ilha de Cabo Verde tem servido de exemplo, investido em energia solar e eólica, o que tem contribuído significativamente para a redução das emissões de carbono e para a segurança energética do país (PNUD, 2022).

A gestão sustentável dos recursos naturais é uma prática crucial para os SIDS. Isso envolve a proteção e conservação dos ecossistemas costeiros, como recifes de coral e manguezais, que desempenham um papel fundamental na proteção contra tempestades e na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Por exemplo, as Ilhas Seychelles têm adotado medidas de proteção e gestão sustentável de seus recifes de coral, reconhecendo sua importância na adaptação aos impactos das mudanças climáticas (PNUD, 2022).

Muitos Estados insulares também estão adotando abordagens inovadoras na construção de infraestruturas que sejam resilientes aos impactos das mudanças climáticas. Isso inclui o uso de materiais e técnicas de construção adaptáveis, bem como a consideração

dos riscos climáticos em projetos de infraestrutura. Como exemplo, Tuvalu tem adotado abordagens inovadoras, como o uso de painéis solares flutuantes, para superar a limitação de espaço em ilhas pequenas e maximizar a geração de energia renovável (BANCO MUNDIAL, 2020).

### 3. A TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA E OS SIDS

Este capítulo visa fornecer uma fundamentação teórica para o presente trabalho, começando com uma visão geral dos principais debates teóricos em Relações Internacionais, com o objetivo de contextualizar e, em seguida, fornecer uma visão geral da teoria da interdependência complexa. Após isso, serão abordadas, brevemente, críticas e lacunas da teoria em questão, apresentando diferentes pontos de vista de diferentes autores. No final deste capítulo será explicado como a teoria da interdependência complexa pode ser aplicada ao tema da cooperação internacional na área da mitigação e prevenção das mudanças climáticas.

#### *3.1. O Contexto: os grandes debates teóricos que antecedem a Teoria da Interdependência Complexa*

Para uma visão geral dos principais debates teóricos em Relações Internacionais, apresentam-se os três grandes debates a seguir:

O institucionalismo liberal e o realismo político foi o primeiro grande debate, com o liberalismo defendendo instituições internacionais e a interdependência econômica para evitar conflitos enquanto o realismo afirmava que o protagonismo de questões militares e o conflito entre grandes potências é inevitável no sistema internacional anárquico;

A forma de se estudar relações internacionais foi o ponto de reflexão do segundo grande debate, agora entre behavioristas e humanistas, com os primeiros a defender uma abordagem científica, através da pesquisa, enquanto os humanistas buscavam por uma abordagem tradicional, ou seja, se concentrariam no papel do contexto histórico, cultural, normativo para a compreensão comportamento dos Estados e atores internacionais (JATOBÁ, 2013; MESSARI, 2005; SØRENSEN, 2013; BAYLIS et al., 2017).

Na década de 1980, iniciou-se o terceiro e atual debate, o qual é chamado de interparadigmático, no qual enxergam-se os paradigmas do realismo, do liberalismo e do marxismo como coexistentes e incomparáveis. O liberalismo defende o livre mercado, a intervenção limitada do Estado na economia e a liberdade individual. Promove a diplomacia, a cooperação e o estado de direito para promover a paz e a estabilidade. A importância do poder e do interesse próprio das relações internacionais são enfatizadas pelo realismo. Este último argumenta que o conflito e a competição entre os Estados são inevitáveis. Enfatiza o papel do poder militar e o equilíbrio de poder na manutenção da estabilidade. Baseado na obra de Karl Marx, o marxismo vê a economia como fator primordial para a compreensão dos fenômenos e tem como lente principal o conflito entre as classes econômicas, em contraste com o realismo e o liberalismo.

O foco principal deste capítulo, a teoria da interdependência complexa, surgiu a partir desse debate, seguindo uma vertente advinda do liberalismo e do neoliberalismo, o qual se difere do primeiro por dar maior ênfase para a desregulamentação, a privatização e a globalização (JATOBÁ, 2013; MINGST, 2014; SØRENSEN, 2013).

### *3.2. Teoria da Interdependência Complexa*

Introduzida pela primeira vez por Robert Keohane e Joseph Nye em 1977 no livro "Power and Interdependence", a teoria da interdependência complexa oferece uma nova perspectiva sobre as relações internacionais, a qual difere da visão realista tradicional que dominava essa área de estudos no século XX. O sistema internacional, de acordo com a teoria da interdependência complexa, é caracterizado por uma teia multifacetada de relações entre as nações que, ao invés de uma hierarquia de poder, se baseia na dependência mútua. Ou seja, de acordo com a interdependência complexa, as nações são mais propensas a buscar cooperação em vez de conflito (KEOHANE and NYE, 2011).

Keohane e Nye (2011) argumentam que os países são extremamente interdependentes e conectados por uma grande variedade de canais no ambiente global contemporâneo como, por exemplo, comércio, investimento, diplomacia e intercâmbio cultural. Essa interdependência significa que qualquer ação de uma nação terá um efeito cascata que será sentido por outras nações do sistema. Ou seja, o que acontece em um Estado, poderá trazer implicações para outro Estado, mesmo que geograficamente distante. Como resultado, as nações são mais sensíveis às ações de outras nações do que eram no passado. Essa

sensibilidade é um dos conceitos chave da teoria da interdependência complexa e é essencial para a compreensão da dinâmica do sistema internacional (KEOHANE and NYE, 2011).

O conceito de sensibilidade destaca a necessidade de as nações estarem cientes das possíveis consequências de suas ações sobre outras nações. Isso significa que as nações devem levar em consideração os interesses de outras nações ao tomar decisões e devem considerar como suas ações afetarão outras nações no sistema. Essa sensibilidade pode ajudar a promover a cooperação entre as nações porque as encoraja a buscar resultados mutuamente benéficos, em vez de buscar seus próprios interesses (RANA, 2015). É nesse contexto de interdependência que Keohane e Nye (2011) explicam a relação de poder que se encontra no sistema internacional nas lentes da teoria:

"Quando dizemos que a interdependência assimétrica pode ser uma fonte de poder, estamos pensando em poder como controle sobre recursos ou o potencial de afetar os resultados. Um ator menos dependente em um relacionamento geralmente tem um recurso político significativo, porque as mudanças no relacionamento (que o ator pode iniciar ou ameaçar) serão menos dispendiosas para esse ator do que para seus parceiros."<sup>8</sup> (Keohane and Nye, p.10, tradução nossa)

Ou seja, apresenta-se o conceito de interdependência assimétrica. Esta ocorre quando a consciência sobre a sensibilidade de outros Estados sob as ações de uma nação é ignorada ou desconhecida, resultando em benefícios para um único lado e, em alguns casos, prejuízos para outros Estados. Isso resulta, como dito pelos autores no trecho supracitado, em uma relação de poder (KEOHANE and NYE, 2011).

De acordo com a teoria, todos os Estados são sensíveis às ações de outros, mas alguns são menos dependentes das consequências de uma ação do que outros. O que determina essa dependência, geralmente, são os seus recursos. Países com mais recursos políticos, económicos, financeiros, naturais, têm a capacidade de mitigar os problemas que podem surgir de uma relação de interdependência com mais facilidade, o que explica o porquê de outros Estados serem vulneráveis a determinadas situações. (KEOHANE and NYE, 2011).

Por isso, outro conceito chave - e importante para este trabalho - da teoria da interdependência complexa: a vulnerabilidade. De acordo com a teoria, a interdependência entre países também significa que alguns Estados são vulneráveis às ações de outras nações. Essa vulnerabilidade pode se manifestar de diferentes formas, como vulnerabilidade

---

<sup>8</sup> When we say that asymmetrical interdependence can be a source of power we are thinking of power as control over resources, or the potential to affect outcomes. A less dependent actor in a relationship often has a significant political resource, because changes in the relationship (which the actor may be able to initiate or threaten) will be less costly to that actor than to its partners. (Keohane and Nye, p.10)

econômica ou vulnerabilidade de segurança. Por exemplo, se uma nação impõe sanções econômicas a outra nação, isso pode ter um impacto negativo na economia da nação-alvo, bem como nas economias de outras nações que mantêm relações comerciais com a nação-alvo. Da mesma forma, se uma nação se envolver em uma ação militar, isso pode ter um efeito desestabilizador em todo o sistema internacional e pode levar a consequências imprevisíveis (KEOHANE and NYE, 2011; RANA, 2015).

O conceito de vulnerabilidade explica a necessidade de as nações estarem cientes de suas próprias vulnerabilidades e tomarem medidas para se protegerem das possíveis consequências negativas das ações de outras nações. Isso pode envolver a construção de alianças, a diversificação de suas relações econômicas, o investimento em suas próprias capacidades militares e o engajamento na diplomacia para resolver conflitos pacificamente (RANA, 2015).

Dessa forma, entende-se que a teoria da interdependência complexa fornece uma estrutura útil para entender a natureza complexa das relações entre os Estados no sistema internacional contemporâneo. Esta teoria destaca a importância da compreensão dos conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade na promoção da cooperação e benefício mútuo entre as nações. Ao levar em consideração esses conceitos, as nações podem trabalhar em direção a um sistema internacional mais estável e cooperativo.

### *3.2.1. Críticas e alternativas para a Teoria da Interdependência Complexa*

Alguns autores ofereceram perspectivas alternativas sobre relações internacionais que diferem da teoria da interdependência complexa. Por exemplo, a teoria do realismo ofensivo de John Mearsheimer<sup>9</sup> enfatiza o papel do poder e da competição nas relações internacionais. Mearsheimer argumenta que as nações são motivadas pelo desejo de segurança e que buscarão o poder para se protegerem de possíveis ameaças. Essa teoria contrasta com a teoria da interdependência complexa, a qual enfatiza a importância da cooperação e do benefício mútuo. (EVAGHOROU and MERTZANIDIS, 2012).

---

<sup>9</sup> John J. Mearsheimer é um renomado cientista político norte-americano e professor na Universidade de Chicago. Ele é amplamente reconhecido por sua abordagem realista conhecida como "realismo ofensivo". Mearsheimer ganhou destaque com a publicação de seu livro seminal intitulado "The Tragedy of Great Power Politics" (A Tragédia da Política das Grandes Potências), lançado em 2001. (Fonte: MUNRO, André. John J. Mearsheimer. In: Encyclopedia Britannica. 10 dez. 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/John-Mearsheimer>. Acesso em: 27 jun. 2023.)

Outra perspectiva alternativa nas relações internacionais é o construtivismo, que destaca o papel das ideias e normas na formação das relações internacionais. Os construtivistas argumentam que as nações não são motivadas apenas pelo interesse próprio, mas também são influenciadas por crenças e valores compartilhados. Essa teoria contrasta com a perspectiva realista, que enfatiza o papel do poder e do interesse próprio. (DORMER, 2017).

Uma das principais críticas à teoria da interdependência complexa é que ela simplifica demasiado a natureza complexa das relações internacionais, enfatizando a importância da interdependência e minimizando o papel do poder. Argumenta-se que o poder continua sendo um fator chave nas relações internacionais e que as nações ainda competem entre si por recursos e influência, apesar de sua interdependência. Afirma-se que a teoria da interdependência complexa não dá relevância para o fato de que algumas nações têm mais poder do que outras e que esse desequilíbrio de poder pode levar a resultados desiguais no sistema internacional (RANA, 2015).

Outra crítica refere que a teoria da interdependência complexa carece de uma definição clara do Estado e do seu papel nas relações internacionais. Evaghorou e Mertzanidis (2012) enfatizam que a teoria realista consegue explicar mais claramente eventos do sistema internacional relacionados somente à relação entre Estados.

Outra crítica, também relacionada às relações entre Estados, é a de que a teoria subestima o potencial de conflito no sistema internacional. A importância da cooperação é enfatizada, mas ela não fornece uma explicação clara de como os conflitos podem surgir e ser resolvidos no sistema internacional. Argumenta-se que a teoria carece de uma análise robusta do conflito e que não leva em conta a possibilidade de lutas pelo poder e o uso da força. Pode-se dizer que a teoria é excessivamente otimista e não aborda o fato de que a interdependência também pode criar vulnerabilidades que podem ser exploradas por outros atores. Por isso, em muitos contextos, o conceito realista da balança de poder pode trazer explicações mais claras. (EVAGHOROU and MERTZANIDIS, 2012).

Embora a teoria da interdependência complexa ofereça uma estrutura útil para entender as relações entre as nações no sistema internacional contemporâneo e sua complexidade, ela não deixa de apresentar lacunas e críticas. Perspectivas alternativas, como o realismo ofensivo e o construtivismo, oferecem diferentes perspectivas sobre as relações internacionais que diferem da teoria da interdependência complexa. De qualquer forma, apesar dessas críticas, a teoria da interdependência complexa continua sendo uma importante

contribuição para o estudo das relações internacionais e é uma teoria especialmente relevante para o tema do presente trabalho.

### *3.2.2. A Teoria da Interdependência Complexa como ferramenta de análise para os SIDS e sua busca por cooperação internacional para um desenvolvimento sustentável*

A teoria da interdependência complexa é especificamente relevante e útil para entender os desafios enfrentados pelos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS) para lidar com as mudanças climáticas e alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da cooperação internacional.

Em primeiro lugar, a teoria enfatiza a importância de múltiplos canais de comunicação e interação entre os atores. Esse é um ponto relevante, pois os SIDS geralmente contam com atores externos para obter apoio no enfrentamento das mudanças climáticas e na conquista do desenvolvimento sustentável. Por isso, essa característica da teoria faz muito sentido com o caso em questão. A teoria também reconhece que existem muitos atores diferentes envolvidos nas relações internacionais, incluindo atores não estatais, como ONGs e corporações multinacionais, e explica o papel importante desses atores na consecução de objetivos comuns. Isso também se relaciona com os SIDS, que muitas vezes carecem de recursos e capacidades para enfrentar as mudanças climáticas por conta própria e precisam trabalhar com outros atores para atingir seus objetivos (KEOHANE and NYE, 2011; THOMAS et al., 2020).

Além disso, a teoria explica a relevância da interdependência em alguns casos como no contexto internacional dos SIDS, dada a sua vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas. Como foi dito no capítulo anterior, os SIDS são altamente dependentes de recursos naturais, como a pesca e o turismo, e, portanto, são vulneráveis a fenômenos como o aumento do nível do mar e a acidificação dos oceanos. A teoria reconhece que a interdependência pode criar vulnerabilidades, mas também enfatiza o potencial de cooperação e benefício mútuo na abordagem de desafios comuns. Isso explica por que os SIDS precisam trabalhar em cooperação entre si - devido às suas similaridades econômicas e geográficas - e com outros atores do sistema internacional para criar resiliência às mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável (KEOHANE and NYE, 2011; UN-OHRLLS, 2020).

Conclui-se, a partir disso, que, embora a teoria da interdependência complexa possa ter suas críticas, ela ainda é uma estrutura útil e, provavelmente, a mais clara para compreender os desafios enfrentados pelos pequenos Estados insulares em desenvolvimento para enfrentar as mudanças climáticas e alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da cooperação internacional. Os conceitos relacionados à importância dos múltiplos canais de comunicação e interação entre os atores, à importância da interdependência e à busca de ganhos mútuos por meio da cooperação são extremamente relevantes para os SIDS, que muitas vezes dependem de atores externos para obter suporte e precisam trabalhar com outros atores para atingir seus objetivos.

Por causa da importância da cooperação internacional com outros atores, no próximo capítulo, será explorada a prática da cooperação dos SIDS com relação aos demais atores do sistema internacional, ou seja, sob uma lente externa. Mais especificamente, busca-se compreender como essa cooperação se dá em relação ao combate às mudanças climáticas.

#### 4. A EFICÁCIA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA OS SIDS

Os SIDS dependem da cooperação e assistência de países desenvolvidos, organizações internacionais, sociedade civil e setor privado para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. Através de parcerias bilaterais, participação em regimes internacionais e engajamento com uma variedade de atores, os SIDS buscam fortalecer sua capacidade de adaptação e mitigação, promover o financiamento climático adequado e buscar soluções inovadoras.

A interdependência complexa destaca a necessidade de uma abordagem colaborativa e integrada, reconhecendo que os desafios climáticos são compartilhados e exigem esforços conjuntos. A cooperação internacional com os SIDS é um exemplo concreto de como os atores do sistema internacional podem trabalhar em conjunto para enfrentar um problema global, contribuindo para um futuro mais sustentável e resiliente para todos.

Entende-se, portanto, que a cooperação internacional dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) é uma peça chave para a eficácia na mitigação e adaptação aos impactos das mudanças climáticas. Essa cooperação pode ser analisada sob duas lentes: interna, envolvendo os próprios SIDS entre si e suas iniciativas como um grupo; e externa, abrangendo a colaboração do grupo com outros países e organizações internacionais.

No âmbito interno, os SIDS têm se engajado em iniciativas de cooperação regional e sub-regional para enfrentar os desafios comuns relacionados às mudanças climáticas. Essas

iniciativas visam promover a troca de conhecimentos e boas práticas, fortalecer a capacidade institucional e mobilizar recursos financeiros para apoiar a implementação de estratégias de mitigação e adaptação. Dessas iniciativas, algumas das principais foram mencionadas e explicadas anteriormente neste trabalho. Portanto, este capítulo visa dissertar a respeito da cooperação internacional sob a lente externa. Ou seja, sobre a relação dos SIDS com os demais países e organizações do sistema internacional.

#### *4.1. A Cooperação Internacional para com os Estados Insulares*

A relação dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) com os demais países e organizações do sistema internacional no combate às mudanças climáticas procura ser baseada em parceria e colaboração. Os SIDS têm buscado ativamente envolver-se nas negociações climáticas e promover ações conjuntas para enfrentar os desafios relacionados às mudanças climáticas. Nesse contexto, serão discutidos três aspectos-chave dessa relação: diplomacia climática, parcerias regionais e participação em organizações internacionais.

Os SIDS têm adotado uma *abordagem de diplomacia climática*, trabalhando para influenciar as negociações e acordos internacionais relacionados às mudanças climáticas. Eles buscam garantir que suas preocupações e necessidades sejam consideradas nas decisões e compromissos globais sobre mitigação, adaptação, financiamento climático e transferência de tecnologia. Através de coalizões e alianças, como o Grupo dos 77 mais a China (G77+China) e a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), os SIDS fortalecem sua voz nas negociações climáticas, defendendo seus interesses e garantindo que suas preocupações sejam levadas em consideração nos acordos globais (THOMAS et al., 2020).

Além disso, os SIDS também têm fortalecido parcerias regionais como parte de seus esforços para enfrentar as mudanças climáticas. Através dessas parcerias, os SIDS compartilham conhecimentos, experiências e recursos, e desenvolvem estratégias e ações conjuntas para enfrentar os desafios climáticos específicos de suas regiões. Por exemplo, a Comunidade do Caribe (CARICOM) estabeleceu o Centro de Mudanças Climáticas da Comunidade do Caribe (CCCCC), desde 2002, para promover a resiliência climática na região do Caribe. Da mesma forma, a Parceria para um Desenvolvimento Limpo da Ásia-Paifício, de 2005, reúne os países asiáticos e do Pacífico para fortalecer a cooperação regional em questões relacionadas às mudanças climáticas. Essas parcerias regionais

oferecem uma plataforma para a troca de informações, compartilhamento de melhores práticas e colaboração em projetos e iniciativas específicas (COMUNIDADE DO CARIBE, 2023; LOWE et al. 2020).

Além das parcerias regionais, os SIDS também participam ativamente de organizações internacionais relevantes. Eles buscam colaboração e apoio para enfrentar os desafios das mudanças climáticas, influenciando a agenda e as políticas dessas organizações. Participam de fóruns e grupos de trabalho, compartilham perspectivas e experiências, e buscam recursos financeiros e técnicos para apoiar suas estratégias de adaptação e mitigação. Organizações como as Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e outras desempenham um papel importante na promoção da cooperação internacional e no apoio aos esforços dos SIDS. Através dessas organizações, os SIDS têm acesso a programas e iniciativas que oferecem apoio técnico, financeiro e de capacitação (ATTERIDGE and SAVVIDOU, 2019).

#### *4.1.1. Desafios da Cooperação Internacional dos SIDS*

No entanto, a relação dos SIDS com os demais países e organizações também enfrenta desafios significativos. Apesar dos esforços e da cooperação internacional, os SIDS ainda encontram obstáculos para enfrentar efetivamente as mudanças climáticas. Um dos principais desafios é a falta de recursos financeiros adequados para implementar medidas de adaptação. Embora tenham sido feitos compromissos internacionais de financiamento climático, muitas vezes esses recursos não chegam aos SIDS de forma suficiente e oportuna por diversas razões. Em alguns casos, isso se dá pelo surgimento de questões internas que demandam a prioridade dos recursos de doadores, como foi o caso do COVID-19. Outro exemplo seria o financiamento para fins predestinados, os quais nem sempre vão de encontro com a urgência dos Estados insulares, Isso limita a capacidade dos SIDS de implementar ações efetivas e lidar com os impactos das mudanças climáticas em suas economias e sociedades (ROBINSON, 2020; UNCTAD, 2021).

Outro desafio é a transferência de tecnologia. Os SIDS dependem da transferência de tecnologia para implementar soluções climáticas inovadoras e de baixa emissão de carbono. No entanto, a transferência de tecnologia para os SIDS ainda é limitada, devido a barreiras como restrições de propriedade intelectual, falta de capacidade técnica e falta de acesso a tecnologias adequadas. Essas limitações dificultam a capacidade dos SIDS de adotar

tecnologias climáticas avançadas e alcançar uma transição sustentável em suas economias (KELMAN, 2018).

Além disso, os SIDS também enfrentam desafios políticos e institucionais. A diversidade de interesses e prioridades entre os países e organizações internacionais dificulta a tomada de decisões e a coordenação efetiva nas negociações climáticas. Os SIDS muitas vezes têm que lidar com diferentes abordagens e agendas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que pode dificultar a defesa de seus interesses específicos. Além disso, a capacidade limitada dos SIDS em termos de recursos humanos e institucionais também representa um desafio para sua participação efetiva nas negociações e implementação de ações climáticas (THOMAS et al., 2020).

Apesar desses desafios, a relação dos SIDS com os demais países e organizações do sistema internacional no combate às mudanças climáticas é crucial. Os SIDS dependem da cooperação internacional para fortalecer sua resiliência e enfrentar os desafios das mudanças climáticas. Através da diplomacia climática, parcerias regionais e participação em organizações internacionais, os SIDS buscam garantir que suas preocupações sejam ouvidas, seus interesses sejam considerados e recursos adequados sejam direcionados para suas necessidades (PETZOLD and MAGNAN, 2019).

Para enfrentar os desafios, é necessário fortalecer ainda mais a cooperação internacional e abordar as lacunas existentes. Isso envolve o cumprimento dos compromissos de financiamento climático, a promoção da transferência de tecnologia adequada e o fortalecimento das capacidades institucionais e técnicas dos SIDS. Além disso, é fundamental que os SIDS continuem a se envolver ativamente nas negociações e processos internacionais, buscando alianças estratégicas, compartilhando experiências e conhecimentos, e defendendo seus interesses de forma coesa e determinada (MOHAN, 2023; PETZOLD and MAGNAN, 2019).

Em conclusão, a relação dos SIDS com os demais países e organizações do sistema internacional no combate às mudanças climáticas é complexa e desafiadora. No entanto, a teoria da interdependência complexa fornece um quadro útil para compreender essa relação e destacar a importância da cooperação internacional entre os SIDS e os demais atores globais no combate às mudanças climáticas (PETZOLD and MAGNAN, 2019).

A interdependência complexa sugere que os atores no sistema internacional estão interligados por uma série de relações e questões que transcendem as tradicionais relações de poder e segurança. Nesse sentido, as mudanças climáticas representam um desafio global que

requer uma resposta coletiva e colaborativa, independentemente do tamanho ou do poder dos Estados.

Por meio da diplomacia climática, os SIDS buscam influenciar as negociações climáticas e garantir que suas vozes sejam ouvidas no âmbito global. Eles se unem em coalizões e alianças para fortalecer sua posição de negociação e defender seus interesses comuns. Essas ações são fundamentais para criar um ambiente propício à cooperação internacional e ao estabelecimento de compromissos ambiciosos de mitigação e financiamento climático (MAGNAN et al., 2019).

As parcerias regionais desempenham um papel crucial na cooperação entre os SIDS. Ao compartilhar conhecimentos, experiências e recursos, os SIDS fortalecem sua capacidade de enfrentar os desafios climáticos específicos de suas regiões. Essas parcerias facilitam a troca de informações, o desenvolvimento conjunto de estratégias e a implementação de ações coordenadas para lidar com os impactos das mudanças climáticas (MAGNAN et al., 2019).

A participação dos SIDS em organizações internacionais é uma manifestação prática da interdependência complexa. Essas organizações desempenham um papel fundamental na promoção da cooperação internacional e no fornecimento de apoio técnico, financeiro e político aos SIDS. Os SIDS buscam influenciar a agenda e as políticas dessas organizações, garantindo que suas necessidades e prioridades sejam incorporadas às estratégias globais de combate às mudanças climáticas.

No entanto, apesar desses esforços, os SIDS ainda enfrentam desafios significativos. A falta de recursos financeiros adequados, a transferência de tecnologia limitada e as restrições políticas e institucionais dificultam a implementação efetiva de ações climáticas. Portanto, a cooperação internacional deve ser fortalecida, com um foco renovado no cumprimento dos compromissos financeiros e no apoio técnico aos SIDS.

Para alcançar uma cooperação internacional eficaz, é necessário um compromisso contínuo dos países desenvolvidos, dos países em desenvolvimento e das organizações internacionais. A solidariedade global e a responsabilidade compartilhada são fundamentais para enfrentar os desafios das mudanças climáticas de forma efetiva.

## 5. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO CENÁRIO APRESENTADO

A análise dos resultados apresentados revela um cenário complexo de cooperação internacional para enfrentar as mudanças climáticas nos SIDS. Um dos problemas principais

identificados é a falta de recursos, o que afeta significativamente a capacidade desses países em lidar com os desafios impostos pelas mudanças climáticas. A necessidade de equilibrar a mitigação das emissões globais com a adaptação aos problemas já recorrentes coloca os SIDS em uma posição delicada, pois muitos fundos estão direcionados para a mitigação. Isso evidencia a necessidade de uma abordagem mais justa e equilibrada, que leve em consideração a interdependência complexa entre as nações e os impactos das ações de cada país no sistema como um todo.

A eficácia das iniciativas de cooperação internacional depende da disponibilidade de recursos financeiros, o que se torna um desafio devido à intenção e às condições dos países doadores. Essa dependência de recursos financeiros externos ressalta a vulnerabilidade dos SIDS e a necessidade de um mecanismo de financiamento climático e de transferência de tecnologia justa e acessível. Os SIDS do Pacífico e a CARICOM têm se beneficiado de laços regionais fortes para melhorar seus financiamentos, e os demais Estados insulares também têm se beneficiado da cooperação sul-sul, indicando a cooperação regional como uma prática eficaz. No entanto, é fundamental considerar que essas práticas regionais podem não ser suficientes para abordar todos os desafios enfrentados pelos SIDS.

Apesar dos avanços na pesquisa sobre a cooperação internacional para o combate às mudanças climáticas nos SIDS, algumas lacunas ainda persistem na literatura. É necessário explorar de forma mais aprofundada as implicações da teoria da Interdependência Complexa nesse contexto específico. Além disso, são necessários estudos que investiguem mais detalhadamente as causas subjacentes à falta de recursos enfrentada pelos SIDS e as consequências disso em sua capacidade de adaptação e mitigação. A análise das iniciativas de cooperação internacional também requer uma avaliação mais aprofundada dos impactos a longo prazo e da sustentabilidade dessas ações.

A teoria da Interdependência Complexa é muito relevante para compreender o cenário de cooperação internacional nos SIDS. A necessidade de considerar os interesses de outras nações ao tomar decisões e avaliar os impactos das ações no sistema como um todo é essencial nesse contexto. Os SIDS são exemplos claros de interdependência assimétrica, em que a consciência sobre a sensibilidade desses países muitas vezes é ignorada em benefício de um único lado. A abordagem de diplomacia climática adotada pelos SIDS destaca a importância de um senso de urgência por parte do sistema internacional para lidar com os impactos das mudanças climáticas nesses países.

As iniciativas de cooperação internacional para enfrentar as mudanças climáticas nos SIDS possuem pontos fortes e fracos que devem ser avaliados. Entre os pontos fortes,

reitera-se as parcerias regionais, que têm se mostrado eficazes e benéficas, principalmente devido à presença de várias ilhas pertencentes aos SIDS em uma mesma região geográfica. A cooperação sul-sul também tem desempenhado um papel importante no fortalecimento dos financiamentos e no compartilhamento de conhecimentos e melhores práticas.

Outro ponto forte é a conscientização sobre a necessidade de múltiplos canais de comunicação e interação entre os atores envolvidos. A participação dos países desenvolvidos, organizações internacionais, sociedade civil e setor privado é essencial para enfrentar os impactos das mudanças climáticas nos SIDS. Essa ampla cooperação reflete o reconhecimento de que os desafios climáticos transcendem fronteiras nacionais e exigem uma abordagem conjunta.

No entanto, também existem pontos fracos nessas iniciativas de cooperação. A falta de recursos financeiros adequados é o desafio mais significativo. A dependência dos SIDS em relação à cooperação e assistência externa cria vulnerabilidades e incertezas quanto à disponibilidade contínua desses recursos. Além disso, a diversidade de interesses e prioridades entre os países e organizações internacionais dificulta a tomada de decisões e a coordenação efetiva nas negociações climáticas. Essa fragmentação pode resultar em lacunas na implementação de medidas concretas e comprometimento com as necessidades específicas dos SIDS.

Os SIDS desempenham um papel crucial nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas, pois estão na linha de frente dos países que já sofrem com os impactos dessas mudanças. Seus testemunhos e experiências ilustram a urgência e a gravidade da situação, destacando a necessidade de ação imediata e efetiva por parte do sistema internacional. Os SIDS têm defendido a inclusão da adaptação e mitigação em todas as discussões e acordos, não apenas para o presente, mas também para garantir um futuro sustentável, especialmente diante das migrações que já estão ocorrendo e da possibilidade de ilhas se tornarem inabitáveis.

Em resumo, os SIDS desempenham um papel significativo nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas, representando os interesses e as preocupações específicas dos países insulares em desenvolvimento. Eles destacam a necessidade de cooperação e assistência internacional para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, bem como a importância de abordagens justas e equitativas na distribuição de recursos e responsabilidades.

Os SIDS são exemplos concretos de como os atores do sistema internacional podem trabalhar em conjunto para enfrentar um problema global. Sua participação ativa e defesa de

medidas abrangentes reflete a busca por um futuro mais sustentável e resiliente não apenas para os SIDS, mas também para toda a comunidade internacional. No entanto, o cenário de cooperação internacional nos SIDS também ilustra as consequências negativas que podem ocorrer caso essa cooperação seja insuficiente ou inadequada.

Portanto, é fundamental reconhecer a importância dos SIDS e sua voz nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Suas perspectivas e experiências devem ser consideradas e integradas nas políticas e ações globais. A garantia de um ambiente propício para a cooperação internacional, com recursos adequados e mecanismos eficazes de financiamento e transferência de tecnologia, é essencial para enfrentar os desafios únicos enfrentados pelos SIDS.

Em suma, a cooperação internacional para o combate às mudanças climáticas nos SIDS tem implicações significativas. A interpretação dos resultados apresentados revela a necessidade de uma abordagem equilibrada entre a mitigação e a adaptação, bem como o reconhecimento da interdependência complexa entre as nações. A avaliação dos pontos fortes e fracos das iniciativas de cooperação destaca a importância da disponibilidade de recursos financeiros e da coordenação efetiva entre os atores envolvidos. Por fim, o papel dos SIDS nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas destaca a necessidade de inclusão, sensibilização e ação imediata para garantir um futuro sustentável e resiliente para todos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) enfrentam desafios significativos no combate às mudanças climáticas. No âmbito da cooperação internacional, esses estados insulares têm buscado soluções para mitigar e prevenir os impactos das mudanças climáticas. Este artigo visa explorar os avanços alcançados pelos SIDS nesse contexto, bem como identificar lacunas na literatura e questões de pesquisa para futuras investigações.

O Capítulo anterior analisou os resultados obtidos e discutiu suas causas e consequências para os SIDS. Um dos principais problemas enfrentados por essas nações é a falta de recursos. No entanto, os SIDS têm se esforçado para equilibrar a necessidade internacional de mitigação com a urgência de se adaptar aos problemas recorrentes. A eficácia dessas medidas depende da disponibilidade de recursos financeiros, o que representa um desafio considerável, pois está sujeito às intenções e condições dos países doadores.

Os SIDS têm defendido mecanismos de financiamento climático e o estabelecimento de transferência de tecnologia justa e acessível. Além disso, têm aproveitado laços regionais fortes para melhorar o financiamento e a cooperação sul-sul. Parcerias regionais têm sido consideradas as melhores práticas, especialmente no Caribe e no Pacífico, onde vários Estados pertencem aos SIDS. Essa abordagem regional está alinhada com a teoria da interdependência complexa, na qual as nações devem considerar os interesses umas das outras ao tomar decisões e compreender como suas ações afetarão o sistema como um todo.

Ao analisar as melhores práticas internas, constatou-se que a gestão sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento de infraestruturas resilientes são essenciais para enfrentar os desafios das mudanças climáticas. Além disso, o caso dos SIDS e os fundos destinados a eles podem ser vistos como exemplos de interdependência assimétrica, onde a sensibilidade é muitas vezes ignorada em benefício de um único lado. Nesse sentido, múltiplos canais de comunicação e interação entre os atores são de extrema importância.

A cooperação internacional com os SIDS é um exemplo concreto de como os atores do sistema internacional podem trabalhar em conjunto para enfrentar um problema global, contribuindo para um futuro mais sustentável e resiliente para todos. No entanto, também evidencia as consequências negativas que podem surgir caso essa cooperação não ocorra de forma adequada. Os SIDS dependem da cooperação e assistência de países desenvolvidos, organizações internacionais, sociedade civil e setor privado para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, tornando a situação extremamente complexa.

No contexto das negociações internacionais sobre mudanças climáticas, os SIDS desempenham um papel crucial. Eles estão na linha de frente dos países que já sofrem os impactos das mudanças climáticas e suas vozes são fundamentais para ilustrar a necessidade de um senso de urgência por parte do sistema internacional. A abordagem de diplomacia climática dos SIDS é fundamental, pois suas experiências e depoimentos são fundamentais para destacar a gravidade da situação e mobilizar a ação global. Os SIDS têm buscado ativamente participar das negociações climáticas internacionais, influenciando as decisões e garantindo que suas preocupações sejam levadas em consideração. Essa participação fortalece sua posição na busca de financiamento e apoio internacional, possibilitando a implementação efetiva de medidas de mitigação e adaptação.

Nos capítulos anteriores, foram identificados fatores de sucesso que contribuem para a eficácia das iniciativas de cooperação internacional dos SIDS. O comprometimento político é um desses fatores, sendo fundamental para a implementação de estratégias de mitigação e

adaptação. Os SIDS que demonstram um forte comprometimento político na abordagem das mudanças climáticas têm mais chances de alcançar sucesso em suas iniciativas.

A cooperação regional entre os SIDS também se mostrou eficaz na troca de conhecimentos, compartilhamento de recursos e fortalecimento da resiliência coletiva. As parcerias regionais permitem que os SIDS enfrentem desafios comuns de maneira mais eficiente e eficaz, aproveitando a interdependência complexa entre eles. Exemplos de parcerias bem-sucedidas foram observados no Caribe e no Pacífico, onde a colaboração regional tem sido uma prática comum.

Além disso, o monitoramento e a avaliação constantes das iniciativas de cooperação internacional são essenciais para avaliar sua eficácia e identificar áreas que requerem melhorias. A coleta de dados, o acompanhamento dos resultados e a análise dos impactos são fundamentais para garantir que as iniciativas estejam produzindo os resultados desejados e possam ser ajustadas, se necessário.

A disponibilidade de recursos financeiros adequados é outro fator-chave para o sucesso das iniciativas de mitigação e adaptação dos SIDS. A mobilização de financiamento climático por meio de parcerias, doações internacionais, acordos bilaterais e fontes multilaterais é crucial para apoiar as ações climáticas dos SIDS. Nesse sentido, é fundamental buscar formas inovadoras de financiamento e garantir a equidade na distribuição dos recursos, a fim de promover uma abordagem justa e sustentável.

Adicionalmente, é essencial abordar a perspectiva de gênero e considerar as necessidades das comunidades marginalizadas nos esforços de cooperação internacional. A igualdade de gênero e a inclusão social fortalecem a resiliência dos SIDS e contribuem para o desenvolvimento sustentável. Portanto, as iniciativas de cooperação devem ser equitativas, levando em consideração as diferentes realidades e vulnerabilidades presentes nos SIDS.

Por fim, é importante destacar que mais pesquisas científicas são necessárias para compreender como os SIDS experimentarão e responderão aos crescentes desafios das mudanças climáticas. A pesquisa interdisciplinar é fundamental para explorar questões como migração, adaptação, impactos ambientais e socioeconômicos, além de avaliar a eficácia das iniciativas de cooperação internacional. Esses estudos fornecerão insights valiosos para orientar ações políticas e práticas eficazes que possam fortalecer a capacidade dos SIDS na mitigação e prevenção dos impactos das mudanças climáticas.

Em suma, as considerações finais desta dissertação destacam os principais avanços dos SIDS no âmbito da cooperação internacional para a mitigação e prevenção dos impactos das mudanças climáticas. Através do fortalecimento da capacidade institucional, parcerias

regionais, comprometimento político, participação ativa nas negociações climáticas, monitoramento e avaliação constantes, mobilização de recursos financeiros adequados, inclusão de perspectivas de gênero e conscientização pública, os SIDS têm buscado enfrentar os desafios das mudanças climáticas.

No entanto, também são identificadas lacunas e questões que requerem mais pesquisa e ações políticas. Mais estudos científicos são necessários para compreender a experiência dos SIDS e suas respostas aos desafios das mudanças climáticas, especialmente em termos de migração, adaptação e impactos ambientais e socioeconômicos. Além disso, a cooperação internacional precisa ser aprimorada, garantindo uma distribuição equitativa de recursos e considerando as necessidades das comunidades marginalizadas.

Para enfrentar as mudanças climáticas de forma eficaz, é crucial que os SIDS continuem a fortalecer sua capacidade institucional, promover parcerias e cooperação regional, e garantir a participação ativa nas negociações climáticas internacionais. O monitoramento constante, a mobilização de recursos financeiros adequados e a inclusão de perspectivas de gênero são elementos essenciais para o sucesso das iniciativas de cooperação.

Em última análise, os SIDS desempenham um papel importante na arena global das mudanças climáticas. Suas vozes e experiências devem ser valorizadas e consideradas na formulação de políticas e ações globais. Ao fortalecer a cooperação internacional e abordar os desafios específicos enfrentados pelos SIDS, é possível construir um futuro mais resiliente e sustentável para essas nações insulares e para o planeta como um todo.

## REFERÊNCIAS:

ALLIANCE of Small Island States (AOSIS). *About us*. 2019. Disponível em:

<https://www.aosis.org/about/>. Acesso em: 23 set. 2020.

ATTERIDGE, A.; SAVVIDOU, G. (2019). "Development Aid For Energy In Small Island Developing States". *Energ Sustain Soc*, 1(9). Disponível em:

<https://doi.org/10.1186/s13705-019-0194-3>.

AUSTRALIAN ACADEMY OF SCIENCE (2015). "The science of climate change: Questions and answers". *Australian Academy of Science*: Canberra. Disponível em:

<https://www.science.org.au/files/userfiles/learning/documents/climate-change-r.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BANCO MUNDIAL (2020). *Supporting Tuvalu Move Toward 100% Renewable Energy*.

Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/778441609911205874/pdf/Supporting-Tuvalu-Move-Toward-100-Percent-Renewable-Energy.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia (2017). *The Globalization of World Politics: An introduction to international relations*. 7. ed. Oxford.

CARIBBEAN COMMUNITY CLIMATE CHANGE CENTER (CCCCC). (Acessado em 15 de setembro de 2023). *Centro de Mudanças Climáticas da Comunidade do Caribe*.

Disponível em:

<https://caricom.org/institutions/caribbean-community-climate-change-centre-cccc/>.

CARIBBEAN NATURAL RESOURCES INSTITUTE (CANARI) (2021). *Lessons from Caribbean fisheries livelihood initiatives: Insights for policy and practice*. Disponível em:

[https://canari.org/wp-content/uploads/2019/10/Report\\_Lessons-from-Carib-fisheries-livelihood-initiativesFinalJul2021.pdf](https://canari.org/wp-content/uploads/2019/10/Report_Lessons-from-Carib-fisheries-livelihood-initiativesFinalJul2021.pdf). Acesso em: 06 jun. 2023.

CARRINGTON, Damian (2020). "Polar ice caps are melting six times faster than in the 1990s". *The Guardian*, Londres, 11 mar. 2020. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/environment/2020/mar/11/polar-ice-caps-melting-six-times-faster-than-in-1990s>. Acesso em: 21 ago. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL) (Maio 2023). *Caribbean SIDS and Climate Change: Opening Remarks by CARICOM*. Disponível em:

<https://www.cepal.org/sites/default/files/presentations/caribbean-sids-climate-change-opening-remarks-caricom-may2023.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD) (10 jun. 2021). *Small Island Developing States Face Uphill Battle in COVID-19 Recovery*. Disponível em:

<https://unctad.org/news/small-island-developing-states-face-uphill-battle-covid-19-recovery>. Acesso em: 27 jun. 2023.

CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (UNFCCC) (2005). *Climate Change and Small Island Developing States (SIDS)*. Disponível em: [https://unfccc.int/resource/docs/publications/cc\\_sids.pdf](https://unfccc.int/resource/docs/publications/cc_sids.pdf). Acesso em: 06 jun. 2023.

FUNDO VERDE PARA O CLIMA (2020). *Plano Estratégico Atualizado do Fundo Verde para o Clima 2020-2023*. Disponível em:

<https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/updated-strategic-plan-green-climate-fund-2020-2023.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

KELMAN, I. (2018). "Islandness Within Climate Change Narratives Of Small Island Developing States (SIDS)". *Island Studies Journal*, 1(13), 149-166. Disponível em: <https://doi.org/10.24043/isj.52>.

LOWE, R. et al. (2020). "Building Resilience To Mosquito-borne Diseases In the Caribbean". *Public Library of Science*, 11(18), e3000791. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.3000791>.

MAGNAN, A. (2019). "Climate Change: Thinking Small Islands Beyond Small Island Developing States (SIDS)". *Climatic Change*, 1(152), 145-165. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10584-018-2363-3>.

MAY, Sandra (ed.). (2017). "What are Climate and Climate Change?". In: *NASA*. [Washington], 7 ago. 2017. Disponível em: <https://www.nasa.gov/audience/forstudents/k-4/stories/nasa-knows/what-is-climate-change-k-4.html>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MCLEOD, E. et al. (2019). "Lessons From the Pacific Islands – Adapting to Climate Change by Supporting Social and Ecological Resilience". *Frontiers in Marine Science*, 6, 289. DOI: 10.3389/fmars.2019.00289. Acesso em: 06 jun. 2023.

MOHAN (2023). *Financing needs to achieve Nationally Determined Contributions under the Paris Agreement in Caribbean Small Island Developing States*. Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change. doi:10.1007/s11027-023-10062-9.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral (2014). *Resolution adopted by the General Assembly on 14 November 2014*. SIDS Accelerated Modalities of Action (SAMOA) Pathway. Nova York: General Assembly. Disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/69/15&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/69/15&Lang=E). Acesso em: 27 mai. 2023.

NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). *Agenda 21*. Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.ecologiaintegral.org.br/Agenda21.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

NASA (2022). *Ice Sheets*. Disponível em: <https://climate.nasa.gov/vital-signs/ice-sheets/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

NASA (2023). *Sea Level*. Disponível em: <https://climate.nasa.gov/vital-signs/sea-level/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *SIDS Partnership for New Sustainable Technologies*. Disponível em:  
<https://sdgs.un.org/partnerships/sids-partnership-new-sustainable-technologies>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD) (2022). *Climate and Environmental Financing Flows to Small Island Developing States (SIDS)*. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/DCD\(2022\)34/en/pdf](https://one.oecd.org/document/DCD(2022)34/en/pdf). Acesso em: 19 jun. 2023.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Small Island Developing States*. Disponível em:  
<https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-topics/small-island-developing-states.htm>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PETZOLD, J.; MAGNAN, A. (2019). “Climate change: thinking small islands beyond Small Island Developing States (SIDS)”. *Climatic Change*, 1\*(152), 145-165. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1007/s10584-018-2363-3>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) (2022). *Climate Ambition for SIDS: Insights for NDCs, National Adaptation Plans, and Long-Term Strategies*. Disponível em:  
[https://climatepromise.undp.org/sites/default/files/research\\_report\\_document/Climate%20Ambition-SIDS%20v2.pdf](https://climatepromise.undp.org/sites/default/files/research_report_document/Climate%20Ambition-SIDS%20v2.pdf). Acesso em: 20 jun. 2023.

ROBINSON, S. (2020). “Climate Change Adaptation In SIDS: a Systematic Review Of The Literature Pre And Post The ipcc Fifth Assessment Report”. *WIREs Clim Change*, 4(11). Disponível em: <https://doi.org/10.1002/wcc.653>.

SACHS, Jeffrey. (2015). *The Age of Sustainable Development*. Nova York: Columbia University Press.

SIMONELLI, Andrea C. (ed.) *Governing Climate Induced Migration and Displacement: IGO expansion and global policy implications*. London: Palgrave Macmillan, 2016.

THOMAS, A. et al. (2020). “Climate Change and Small Island Developing States”. *Annual Review of Environment and Resources*, 1(45), 1-27. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-012320-083355>.

THOMAS, Rick; BLAKEMAN, Stephen; ABRAHAM, John. (2020). “Global climate change and the Arctic: Research priorities”. *Annual Review of Environment and Resources*, 45, 1-33. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-environ-012320-083355>. Acesso em: 11 jun. 2023.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP) (2023). *Snapshot: Small Island Developing States*. Disponível em: <https://climatepromise.undp.org/research-and-reports/snapshot-small-island-developing-states#:~:text=From%201970%20to%202020%2C%20SIDS,direct%20threat%20to%20their%20existence>. Acesso em: 07 jun. 2023.

UN-OHRLLS. *Lista de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS)*. Disponível em: <https://www.un.org/ohrlls/content/list-sids>. Acesso em: 10 jun. 2023.

UN-OHRLLS. *Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States. Barbados: Barbados Programme of Action*, [1994]. Disponível em: <http://unohrlls.org/UserFiles/File/SIDS%20documents/Barbados.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

UN-OHRLLS (2017). *Small Island Developing States in Numbers: Biodiversity and Oceans*. Disponível em: <https://www.un.org/ohrlls/news/small-island-developing-states-numbers-biodiversity-oceans-2017>. Acesso em: 10 mar. 2023.

UN-OHRLLS (2015). *Small Island Developing States in Numbers: Climate Change Edition*. Disponível em: [https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/2189SIDS-IN-NUMBERS-CLIMATE-CHANGE-EDITION\\_2015.pdf](https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/2189SIDS-IN-NUMBERS-CLIMATE-CHANGE-EDITION_2015.pdf). Acesso em: 10 mar. 2023.

UN-OHRLLS (2020). *Small Island Developing States in Numbers: Oceans*. Disponível em: [https://www.un.org/ohrlls/sites/www.un.org.ohrlls/files/sids\\_in\\_numbers\\_oceans\\_2020.pdf](https://www.un.org/ohrlls/sites/www.un.org.ohrlls/files/sids_in_numbers_oceans_2020.pdf). Acesso em: 15 abr. 2023.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO) (2015). *A Pathway to Climate Services for SIDS*. [Geneva]: WMO Secretariat. Disponível em: <https://public.wmo.int/en/resources/bulletin/pathway-climate-services-sids>. Acesso em: 4 jun. 2023.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO) (2021). *UNWTO Annual Report 2020: Tourism in the 2030 Agenda*. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416257>. Acesso em: 16 jun. 2023.